



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

GELSIA ANTÓNIO MANUEL

**POLÍTICA DE ACESSO E EXPANSÃO
DO ENSINO SUPERIOR EM ANGOLA ENTRE 2006-2011**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2019

GELSIA ANTÓNIO MANUEL

**POLÍTICA DE ACESSO E EXPANSÃO
DO ENSINO SUPERIOR EM ANGOLA ENTRE 2006-2011**

Projeto de pesquisa apresentado ao curso de Bacharelado em Humanidades e Letras, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira como requisito existente para obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Orientador: Prof. Dr. Emanuel Alberto Cardoso Monteiro.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2019

GELSIA ANTÓNIO MANUEL

**POLÍTICA DE ACESSO E EXPANSÃO
DO ENSINO SUPERIOR EM ANGOLA ENTRE 2006-2011**

Projeto de pesquisa apresentado ao curso de Bacharelado em Humanidades e Letras, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira como requisito existente para obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Aprovado em: 26/08/2019.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Emanuel Alberto Cardoso Monteiro

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Prof.^a Dr.^a Carla Veronica Albuquerque Almeida

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Prof. Dr. Ricardo Matheus Benedicto

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus meu protetor, por estar sempre presente na minha vida, transmitindo toda força possível para que possa trilhar em cada de grau que me é desafiado, por manter – me firme em meus objetivos seja em momentos difíceis e bons desta longa jornada da vida acadêmica e não só, e pela glória de ter vencido está face de grande desafio deste projeto e não só.

Agradeço também aos meus amados pais Venâncio Manuel e Milagre António, por tudo que tem feito por me incansavelmente mostrando – me à luz de trilhar em meus sonhos, serem sempre os meus grandes motivadores em todas etapas, transformando – me numa pessoa determinada a vencer e levantar em cada tropeço da vida e por tudo que tem feito para estabilidade da nossa família e no engrandecimento acadêmico, humano, dos seus filhos.

Gratidão aos meus irmãos, sobrinhos, amigos, companheiro e todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para que este processo fosse concluído com êxito satisfatório e pela força concedida, mesmo na grande distância continental mais sempre todos presentes nesta grande caminhada.

Agradeço ao meu orientador pela disponibilidade pela orientação e pela paciência, dedicação, para que este trabalho atinge – se ao seu objetivo traçado. Em suma gratidão a minha família no geral e a UNILAB por proporcionar – me à está vitória na minha vida.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	6
2	PROBLEMA	9
3	OBJETIVOS	9
3.1	OBJETIVO GERAL	9
3.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	9
4	JUSTIFICATIVA	10
5	REFERENCIAL TEÓRICO	11
5.1	BREVE HISTÓRICO DO ENSINO SUPERIOR EM ANGOLA	11
5.2	EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO EM ANGOLA	14
5.3	EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR PRIVADO EM ANGOLA	16
6	AS POLÍTICAS DE ACESSO AO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO E PRIVADO	20
7	FATOR SOCIOECONÔMICO E O ACESSO AO ENSINO SUPERIOR	23
8	METODOLOGIA	25
9	CRONOGRAMA	27
	REFERÊNCIAS	28

1 INTRODUÇÃO

Angola é um país africano localizado na região subsaariana do continente, constituído por 18 províncias a sua dimensão territorial é de 1.246.700 KM², a sua localização geográfica a Norte com a República Democrática do Congo, a Sul com a República da Namíbia, a Leste com a República da Zâmbia, e a Oeste é banhado pelo Oceano Atlântico. É um território que após a descolonização portuguesa (Independência 1975), entrou numa crise profunda de guerra civil que durou 27 anos, para culminar com a guerra foi necessário um acordo de paz entre os partidos políticos em 4 de Abril de 200. Ao longo do tempo foi se reconstruindo em diferentes setores sociais, político e econômico.

Com a imigração das famílias portuguesas em Angola em 1845, foi instituída uma estrutura oficial de ensino, com o decreto de 14 de Agosto de 1845, criado por Joaquim José Falcão, que na época representava o cargo de Ministro do Estado das colônias portuguesas, Marinhas e Ultramar. Neste período foram criadas algumas escolas, como a Escola Principal de Instrução Primária. Com este passo importante no ensino, não foi suficiente porque a população não se encontrava motivada a frequentar a este ambiente escolar. Dez anos depois o Ministro da Guerra e dos Negócios Estrangeiros Sá da Bandeira, assinou uma portaria grandiosa em 19 de Novembro de 1856 que determinou que os sobas e outros monarcas indígenas para emigrarem em Luanda a fim de passarem por um processo de ensino e com a vigilância das autoridades portuguesas. Porém as mesmas entidades tinham de posterior transmitir os conhecimentos aos seus povos e estabelecendo o saber português (LIBERATO; Ermelinda, 2014).

Com estes primeiros passos sobre a educação em Angola não cessaram e foram tomadas várias medidas, em 30 de Novembro 1869, foi publicado um decreto que consistia na articulação da escola principal, não como grau superior de ensino primário, mais como o primeiro grau de ensino secundário (LIBERATO; Ermelinda, 2014).

Estes critérios que vigorava anteriormente originou a figura do Assimilado, que eram elaborados como intermediário entre brancos e os indígenas. As escolas foram transformadas como meio de transmissão de ideologia Salazarista (LIBERATO, 2014).

As fracas melhorias no ensino não alteraram o baixo grau de instrução dos angolanos, visto que a maioria dos africanos eram excluídos do acesso a qualquer grau de instrução acima do nível primário (LIBERATO, 2014).

Angola não fugiu da regra como outros países africanos na construção do seu ensino com o papel das igrejas (Católica e Protestantes), na sua formação. O papel desempenhado pelos

Jesuítas não se fixou apenas na pregação da fé católica, mais também no trabalho educativo, porque verificou-se que para converter os povos eles tinham de saber ler e escrever. Com isto se tornou visível a presença dos Jesuítas em Angola, e fundaram o seu estabelecimento de ensino durante a grande parte do século XVII, no mesmo período foram frequentando a este ensino crianças indígenas de toda a parte do Congo e de Angola. A influência dos Jesuítas nestes territórios se tornou responsáveis pela educação dos africanos, mulatos e portugueses (LIBERATO, 2014).

A chegada das missões protestantes no século XIX teve um significado de maior oportunidades para o acesso à educação e a formação religiosa dos africanos. Os primeiros missionários protestantes tinham o contato com os angolanos em 1878, enviados pela Sociedade Missionária Batista de Londres e se estabeleceram em São Salvador do Congo, que foi a Antiga Capital Reino do Congo e nos dias atuais M'banza Congo Capital da província do Zaire. E as missões católicas se encontravam em zonas costeiras de Luanda e Benguela (LIBERATO, 2014).

Existe uma representatividade de muitos dirigentes Angolanos que receberam as suas formações básicas nessas missões protestantes, aos longos dos tempos eles foram beneficiados com o apoio das mesmas para fazerem suas formações superiores no exterior (LIBERATO, 2014).

No início da década de 60 Angola não possuía nenhuma instituição de ensino superior, os estudantes para frequentarem este nível eram obrigados a deslocar - se a Portugal (LIBERATO, 2014).

Com o início da luta armada no território nacional em 1961, a política educativa passou a ser da responsabilidade direta do governo angolano da população em geral. Isto facilitou no crescimento da rede escolar primária nos centros urbanos e em certas áreas rurais com a provação do Levar a escola a Sanzala: Plano de Ensino Primário rural em Angola 1961-62. Por outro lado este plano tinha como objetivo a expansão da escolarização do ensino a língua portuguesa em todo território, com o foco fora dos centros urbanos mais sim nas zonas rurais a fim de unificar a Instituição e o Currículo do Sistema Educativo, que originou a Reforma do Ensino Primário, nas províncias Ultramar em 1964, garantindo o ensino primário como obrigatório e gratuito para as crianças dos 6 aos 12 anos (LIBERATO, 2014).

Em 21 de Abril de 1962, foi convocado uma sessão extraordinária do Conselho Legislativo de Angola, que aprovou o projeto de diploma legislativo nº 3.235, que facilitou na criação dos Centros de Estudos Universitários. Os mesmos tinham como objetivo a formação de professores do ensino secundário e técnicos especializados em Assistência Sanitária, Construção, Produção,

Distribuição e Transportes. Os Centros Universitários foram criados num número de cinco instituições e distribuídos por Luanda (Arte e Medicina), Lubango (Educação) e Huambo (Agronomia e Veterinária) (LIBERATO, 2014).

Após 4 meses foi anulado a legislação nº 3. 235 pelo Ministro do Ultramar, em 21 de Agosto de 1962 foram criados os Estudos Gerais Universitários de Angola ligados a Universidade de Portugal. Os Estudos Gerais Universitários começaram a funcionar em 1963, lecionando os cursos de Medicina, Engenharia, Veterinária, Agronomia, Silvicultura e Ciências Pedagógicas. No corrente ano estas faculdades frequentavam 314 alunos e já em 1966 o número aumentou para 600 alunos, no entanto de maioria branca (LIBERATO, 2014).

Em 1968 os Estudos Gerais Universitários passaram a ser chamado de Universidade de Luanda, em 11 de Dezembro por decreto nº 48.790 elaborado pelo governo central de Lisboa. Meses antes da proclamação da independência em 1975, a Universidade de Luanda foi alargada e os seus polos universitários ganharam autonomia e designados como Universidade do Huambo e Universidade de Lubango (LIBERATO, 2014).

O presente trabalho visa analisar uma temática social relacionada no campo educacional angolana. Política de acesso e expansão ao ensino superior público em Angola entre 2006-2011. No início deste período o ensino superior teve uma reestruturação em função das diretrizes geral na Lei de Base do sistema de educação em Angola, e facilitou uma maior divulgação em outras regiões nacional e quebrando o jejum de apenas uma única universidade pública.

É uma problemática verificada desde o surgimento desta instituição na nossa sociedade existente no ensino, porque demonstra a escassez de quadros formados e a desigualdade em termos quantitativos. O assunto abordado visa elucidar de que formas são ou devem ocorrer as elaborações das seleções dos candidatos segundo os decretos que estabelecem as normas que devem reger para todos os cidadãos, porque o Estado tem a obrigação de garantir a educação para todos os cidadãos como previsto na Constituição Nacional no seu artigo 79º (Direito ao ensino, cultura e desporto) na primeira alínea: “1. O Estado promove o acesso de todos à alfabetização, ao ensino, à cultura e ao desporto, estimulando a participação dos diversos agentes particulares na sua efetivação, nos termos da lei.” Para um desenvolvimento sustentável de um país não é apenas os recursos naturais “A educação e o ensino são as armas que podes usar para mudar o mundo” (Nelson Mandela).

2 PROBLEMA

O que se pretende é fazer uma pesquisa no âmbito da política de acesso e expansão ao ensino superior, com a finalidade de entender este processo e averiguar os impactos destas políticas, se com a sua implementação teve melhoria ou não no subsistema de ensino superior. Para isso, inicialmente se levantam algumas questões: Quem são os que atingem ao ensino superior? As políticas de seleção de candidatos é para todos? Que políticas o estado cria para o acesso ao ensino superior?

O problema que se pretende levantar e responder, visa responder aos questionamentos feitos no parágrafo anterior, com a finalidade de servir de análise para toda sociedade em especial aos órgãos competentes nas elaborações destas normas aplicadas neste setor e reunir mecanismos de solucionar as causas levantadas. Com isso, nosso problema principal e pergunta norteadora é:

Como se deu o processo de expansão e acesso ao ensino superior em Angola no período de 2006 a 2011 e os seus reflexos no âmbito educacional.

3 OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

Compreender como se deu o processo de expansão e acesso ao ensino superior em Angola no período de 2006 a 2011 e os seus reflexos no âmbito educacional.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Analisar as políticas de acesso e expansão ao ensino superior e as suas normas;
- Compreender e identificar os fatores influenciaram a expansão do ensino superior angolano no período de 2006 – 2011;
- Identificar os resultados socioeconômicos da política de acesso e expansão do ensino implementada no período de 2006 – 2011;

4 JUSTIFICATIVA

Atualmente o assunto estudado tem vários pontos sugestivos ou importantes, visto que é uma temática social e muito debatida, porque ainda existe um número elevado de jovens e não só fora da academia, e uma sociedade que se preocupa e investe na educação tem uma maior possibilidade de se destacar em vários ramos nacionais e internacionais. Porém um grande e bom investimento na educação possibilita o desenvolvimento de vários projetos que podem ajudar no desenvolvimento e atrair outros investidores para o país. Um grande exemplo é o caso do Japão, que após ser afetada por uma bomba atômica, sentiu-se que para haver uma boa reconstrução e um desenvolvimento positivo tinha que apostar na educação da sua população.

Compreender como se dá o processo educacional do ensino superior em Angola e observar quais os grandes problemas que afetam o sistema educacional é um assunto de grande importância, pois a estrutura e o caminhar do ensino influenciam muito no desenvolvimento do país. Estudar esse assunto possibilitará uma abertura para se refletir sobre e fazer com que outros estudiosos e pesquisadores possam entender até que ponto está a caminhar o sistema educacional do país e quais são os seus défices. E possibilitar esses estudiosos e pesquisadores a se voltarem nestes pontos: qualidade e défices do ensino, facilitando a elaboração de projetos que possam servir de incentivo coletivo e solucionar os problemas envolvendo a educação nacional e não só.

Os anos de 2006-2011 no subsistema angolano, teve um impacto muito significativo, visto que são períodos que demonstra uma nova era para este setor, por intermédio das mudanças administrativas, nas políticas e visibilidade do crescimento deste subsistema em outros territórios nacionais, quebrando vários paradigmas como uma única instituição pública vivenciado nos anos anteriores.

A relevância desta pesquisa dentro e para a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) é de caráter essencial visto que estamos num contexto em que descentralização, descolonização, reestruturação de sistemas, a visibilidades dos demais (pobres e negros) e a preocupação com a lusofonia são pontos fortes e se corre atrás deles sempre. Estudar esse tema dentro da UNILAB nos possibilita fazer uma análise sobre de que forma vai o ensino na lusofonia, possibilitando assim um diálogo e reflexão da instituição com o nosso trabalho e mais propriamente os problemas que envolvem a educação e assim buscar possíveis soluções.

A razão desta pesquisa sobre a política de acesso e expansão ao ensino superior em Angola, é o objeto em causa, no ensino superior público e privado. Visto que a temática a ser analisada

está presente na sociedade angolana a mais de duas décadas, que desde o seu surgimento vem demonstrando os seus défices e visivelmente as burocracias.

É um setor que deve ser rapidamente reestruturado a sua política, porque a educação é a arma secreta para um bom desenvolvimento. Por outro lado, para além dela ser uma ferramenta primordial, possibilita ao país na arrecadação de quadros formados beneficiando em diversos setores (Saúde, Tecnológicos, Político, Econômico, etc.) da sociedade. Contribuindo deste modo com o grande avanço de uma sociedade para desenvolvimento, minimizando uma das preocupações do executivo.

Porém a burocracia não existe apenas na aprovação dos exames feitos para o acesso as Universidades, mais também na política usada para quem pretende ter o acesso aos exames necessita de depositar uma taxa de valor de 4.000 á 6.000 mil Kwanzas, estes valores para opções de escolhas de cursos em termos quantitativo, isto na Universidade Augustinho Neto (UAN).

5 REFERENCIAL TEÓRICO

5.1 BREVE HISTÓRICO DO ENSINO SUPERIOR EM ANGOLA

O ensino superior em Angola teve o seu surgimento no período em que Angola ainda era uma colônia portuguesa em 1962 denominada como Centro de Estudos Universitário. Depois de seis anos do seu surgimento ela passou a ser chamada de Universidade de Luanda 1968. Após o período da proclamação da Independência Nacional em 1975 teve o surgimento da Universidade de Angola em 1976, a única instituição de ensino superior após a independência política. Ao longo dos seus nove anos de existência 1985 a Universidade de Angola foi reformulada e passou a ser chamada de Universidade Agostinho Neto (UAN) existente até nos dias atuais (ANDRÉ, 2016, p.51).

É nesta senda que surge a universidade em Angola, cuja institucionalização está associada a dois grupos de fatores: (i) uns de natureza interna – a burguesia colonial, por um lado, que exigia a criação de uma universidade para que os seus filhos continuassem os estudos superiores sem terem de se deslocar a Lisboa, e por outro, as reivindicações nacionalistas que impunham a alteração da condição de atraso do sistema educativo; (ii) outros de natureza externa – ligados às denúncias internacionais da exploração colonial e às exigências da Agencia das Nações Unidas (ANU) e de organizações nacionalistas africanas para que Portugal concedesse a independência às suas colónias (KANDINGI; 2016, p.55).

No período colonial, em 1961 após o início da luta armada na Capital de Angola- Luanda, o Governo Português sentiu-se obrigado a reestruturar a sua política educativa na sua colônia. Porém foi neste período que os países da África Subsaariana tiveram um índice de crescimento nas suas infraestruturas, estradas, pontes, e caminhos- de- ferro, com este crescimento facilitou a circulação de indivíduos e teve um aumento de números de estudantes no ensino.

No período colonial, o ensino em Angola desenvolveu-se mais nas zonas litorais ou urbanas e naquelas onde havia maior concentração de famílias de colonos. Em algumas áreas rurais ou periféricas, os missionários católicos e protestantes administravam um ensino que servia de instrumento à missão evangelizadora cujo objetivo era o de formar uma classe de quadros africanos. Deste modo, a religião e a educação constituíram uma via de integração dos africanos ao modelo social de dominação no quadro da situação colonial. No entanto, independentemente dos meios utilizados na sua conceção e implementação, a política educativa colonial em África e particularmente em Angola, visava a “manutenção e o desenvolvimento do sistema colonial” (KANDINGI; 2016, p.54).

O ensino na época colonial teve mais ênfase nas zonas litorais, por outro lado o seu nível de urbanização tinha uma estrutura significativa com isso facilitava nas suas trocas comerciais, e nestas mesmas zonas onde era visivelmente notório o fluxo de famílias portuguesas. Portanto, as zonas rurais eram totalmente diferentes havia presença de cristãos, que para além de aplicarem as suas obras evangelizadoras também tinham como objetivo formar vários quadros africanos, deste modo vários líderes africanos os seus primeiros passos na educação passaram por está fase.

Em 1963 surgiu o decreto de lei nº 45180 de 5 de Agosto, que passou a vigorar dentro do Estudos Gerais Universitários, e desempenhou um papel necessário de se analisar diversos cursos que eram ministrado na época como: Medicina, Engenharia (em Luanda), Veterinária, Agronomia, Silvicultura, Agricultura e Pecuária (no Huambo, antiga Nova Lisboa), Ciências Pedagógicas preparação de professor (Lubango). O surgimento dos Estudos Gerais Universitários, não foi encarado de forma disposta e favorável do governo português, porque no memento o contexto que se vivia as determinadas medidas, não estavam de acordo com a lei ou desprovido de certas formalidade para ser legal, porque visava acalmar a inquietação social (KATÚMUA; 2016,p.28).

Com está ampliação dos Estudos Gerais universitários foi se olhar uma estrutura em diferentes territórios. Assim como em 1966 na província da Huíla-Lubango, teve o curso de preparação de professores. Após a criação das Faculdades de Ciência e Engenharia Geográfica em Luanda e no Lubango o curso de Matemática. Neste presente ano houve a necessidade de

se anular o curso de preparação de professores na província da Huíla-Lubango porque havia sido aberto a Faculdade de Letras (KANDINGI; 2016, p.56).

Dezembro de 1968, os Estudos Gerais Universitários de Angola passaram a ser denominados Universidade de Luanda que se distribuía em cursos diferenciados pelas três principais cidades de Angola, nomeadamente Luanda, Nova Lisboa e Sá da Bandeira, cujo reitor era André Navarro. Entretanto, surgem novos cursos, em 1969: Filologia Românica, História e Geografia. Passa a funcionar em Luanda, em 1972, o Centro de Estudos de Engenharia de Minas e Geologia, que visava promover a investigação científica e apoiar as indústrias mineiras atuando como organismo oficial consultivo (KANDINGI; 2016, p. 57).

Portanto, anos de 1968, 69 e 72, foi uma fase em que houve novos horizontes do Estudos Gerais Universitários de Angola, porque passou por diferentes momentos seja na denominação do seu nome, cidades e novos cursos.

Com a Independência Nacional em 1975 a Universidade de Luanda, Universidade do Huambo e Universidade do Lubango, foram vinculadas a Universidade de Angola em 1976, que no período era a única e baseado no Decreto nº 60/76 de 19 de Junho. O mesmo Decreto desejava a necessidade do país criar estrutura favorável para que houve – se uma soberania do sistema educativo, visto que estava disponibilizado as bases para reforma, para que de um certo modo demonstrar um interesse em responder a reforma do sistema e levar uma profunda esperança para os angolanos (KANDING; 2016, p.57). Porém as mesmas reformas foram seguindo durante vários anos. Com está grande fase no âmbito educativo em 1977 surgiu o Plano Nacional de Educação para Todos. Contudo sentiu – se a necessidade de incluir a Campanha Nacional de Alfabetização como mecanismo de política educativo, porque o país tinha pouco tempo sem a presença colonial e resolver a lacuna causado pelo mesmo no seu sistema. Por isso com a centralização à Alfabetização para Todos e um homem novo na sociedade. Mais não foi um processo fácil porque tinha como objetivo ligar outros subsistemas nacionais na sua nova política educativa (KATÚMUA; 2016, p.34).

Em 1979 o Governo celebrou um protocolo de cooperação, onde foi possível ter vários quadros. Este mesmo acordo demonstrava um avanço e foi reforçado ainda com várias assinaturas de acordos e cooperações neste mesmo setor em 1987.

Estes acordos abrangiam os domínios da educação, do ensino, da investigação científica e da formação de quadros, tendo facilitado a ida de angolanos para Portugal para formação ou atualização no âmbito de bolsas de estudo concedidas pelo governo português. A cooperação foi-se intensificando cada vez mais, sobretudo, como refere Ermelinda Liberato (2012: 268), depois da alteração da conjuntura política internacional, que levou ao colapso do bloco socialista, em 1989 (KATÚMUA; Martinho, 2016, p.36).

Estas cooperações teve um aumento de alunos formados no país marcado pela década de 90. Porque com estes quadros estava se dar um grande passo na educação assim como as investigações científicas. Visto que está década todos os países que foram vítimas da colonização europeia estavam a criar os seus panoramas de se desenvolverem ou serem os principais protagonistas dos seus crescimentos.

Em 1991 a Comissão Executiva Nacional de Encaminhamento adotou um sistema obrigatório para o acesso ao Ensino Superior exames de admissão para cada curso. Por outra em 1992 por intermédio de um Despacho Reitoral nº 3/92 a primeira Universidade também decretou o sistema de exames ou provas de admissão (KATÚMUA, 2016, p.35).

Até 1990 o acesso ao ES era feito por meio de um concurso nacional de carácter documental, em que se candidatavam indivíduos que tinham concluído a 11ª classe no Centro Pré-Universitário (PUNIV), 15 ou a 12ª classe do ensino médio. Os candidatos que tivessem terminado os cursos com médias superiores a 14 valores podiam entrar diretamente e os que possuísem notas inferiores, em alguns casos, tinham de prestar serviços numa empresa pública por um período de dois anos e obter a classificação “bom” (KATÚMUA; Martinho, 2016, p.35).

Entretanto filhos, mulheres de juízes e diplomáticos eram detentores de um tratamento prioritário no que concerne ao acesso no curso de Direito. Porém os veteranos da pátria (Antigos Combatentes) tinham prioridade em todos os cursos na UAN. Nesta época havia grande dificuldades, após a cooperação internacional no setor do Ensino Superior, desenvolveu um seguro significativo na formação de quadros (KATÚMUA, 2016, p.36).

5.2 EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO EM ANGOLA

O período colonial, especialmente nos anos 60, muitos países africanos não possuíam um nível elevado de intelectuais formados ou em formação que possibilitava uma contribuição qualitativa no desenvolvimento desses países. Todavia por possuírem um número reduzido de instituições de ensino (Médio e Superior), com estas grandes dificuldades não eram habilitados no setor de produção científico e de mão - de - obra na formação do ensino Médio e Superior, porque com este setor entusiasmado a maior probabilidade de um desenvolvimento social (SILVA; 2004, p.129).

Em 2002 com a celebração da Reconciliação Nacional, ou seja, período da paz, houve uma mudança significativa no que tange a estrutura no setor do Ensino Superior, especialmente naquela que era detentora do estatuto como a primeira Universidade Pública em Angola UAN,

nos seus pontos estratégicos e de prioridades das políticas públicas do Estado. Portanto o fator destas estratégias visa a organização interna do sistema educativo, para responder a tensão dos embaraços causados por diversos fatores (KANDINGI; 2016, p.60).

Como resultado dessas mudanças atualmente a UAN encontra-se estruturada em 9 Unidades Orgânicas e 9 Centros de Estudos e Investigação Científica, organizados em departamentos de ensino e investigação, onde são ministrados cursos e especialidades em diversas áreas do saber científico (KANDINGI; 2016, p.60).

O seu desenvolvimento era caracterizado por um sistema de hierarquia em termos de polos universitários. Com a reestruturação e aprovação da Lei de Base do sistema educativo em 2001, surgiu a reforma educativa que alterou a centralização geográfica do ensino superior (UAN) que era distribuída em 6 províncias (Luanda, Benguela, Huíla, Cabinda, Huambo e Uíge). Passou para mais de 12 províncias em 2008. A sua expansão consistia em dois aspectos como: antes da dimensão da UAN 2002-2008, ter o seu fim como a única Universidade Pública e depois da sua dimensão em 2009-2014(KANDINGI; 2016, p.58, 59).

Quadro 1 - Centros Universitários distribuídos por províncias

	Centro Universitários	Províncias
1	Centro Universitário de Luanda	Luanda e Bengo
2	Centro Universitário de Cabinda	Cabinda e Zaire
3	Centro Universitário do Uíge	Uíge, Cuanza-Norte e Malange
4	Centro Universitário do Huambo	Huambo e Bié
5	Centro Universitário de Benguela	Benguela e Cuanza-Sul
6	Centro Universitário da Huíla	Namibe, Huíla, Cunene e C.-Cubango

Fonte: elaborado pela autora

Para além de ser a única universidade pública e atendendo às vicissitudes políticas e à instabilidade do país, a Universidade Agostinho Neto funcionou quase como o Ministério do Ensino Superior em Angola até praticamente o ano de 2009, ano em que foi levada a cabo uma reforma institucional e que foi lançada a lei orgânica do sistema de ensino superior, através do Decreto-Lei n.º 90/09, de 15 de dezembro.(ANDRÉ; 2016, p.51)

Com a reforma institucional em 2009 da Lei Orgânica do Ensino Superior, Angola beneficiou de quadro normativo que facilitava na segurança de uma região equilibrada das

instituições como: Regionalização; Autonomia; Cobertura geográfica territorial; Institucionalização da concorrência até três cursos; Institucionalização da coerência até seis; Relevância da atividade das instituições superior (KANDINGI; 2016, p.71).

Em cada uma dessas Regiões foram criadas outras universidades públicas, tendo em conta que a UAN passará a operar em apenas uma região de desenvolvimento que compreendia as províncias de Luanda e Bengo. Desse processo resultaram 7 novas universidades públicas: Universidades Katiavala Bufla (Benguela e Kuanza-Sul), 11 de Novembro (Zaire e Cabinda), Kimpa Vita (Uíge e Kuanza-Norte), ueji A Nkonda (Lunda Norte, Lunda Sul e Malanje), José Eduardo dos Santos (Huambo, Bié e Moxico), Mandume ya Ndemufayo (Huíla e Namibe), e a Kuito Cuanavale (Cuando Cubango e Cunene) (KANDINGI; 2016, p. 71,72).

A sua expansão foi permitida devido ao elevado número de alunos que concluíam o ensino secundário. Com a sua descentralização a nível regional houve um aumento de estudantes dentro das universidades. Porém teve um aumento no que concerne as vagas distribuídas, a ampliação do Ensino Superior representava como uma nova era para o desenvolvimento de um futuro melhor. (KANDINGI; 2016, p.61).

Segundo ANDRÉ, (2016) em 2010 com o surgimento do novo modelo da Constituição da República de Angola, o antigo órgão competente neste setor Secretaria do Estado para o Ensino Superior (SEES), foi substituído pelo Ministério do Ensino Superior e da Ciência e Tecnologia (MESCT). O presente órgão de tutela consagrado na carta magna do país passou a vigorar apenas em 2011, após a formação de um novo governo (KATÚMUA; 2016, p.42).

5.3 EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR PRIVADO EM ANGOLA

Segundo CARVALHO, (2012) a primeira Instituição Privada de Ensino Superior em Angola foi a Universidade Católica de Angola, fundada em 1992. Em 1999, foram surgindo várias Universidades Privadas previsto no documento reconhecido por Linhas Mestras na sua contagem geral de 6 Instituições Privadas no país. Porém as Linhas Mestras surgem de um Grupo Técnico com objetivo de fixação na melhoria de Gestão do Subsistema do Ensino Superior. Com um plano inicial da Secretaria de Estado do Ensino Superior (LMGSES, 2005) (ANDRÉ; 2016, p.52).

Assim, em 2005, funcionavam em Angola, as seguintes instituições de ensino superior privado: Universidade Católica de Angola (UCAN), Universidade Jean Piaget de Angola (Uni Piaget), a Universidade Lusíada de Angola (ULA), Instituto Privado de Angola (ISPRA), Instituto de Relações Internacionais (IRI) e Universidade Independente de Angola (UnIA) (ANDRÉ; 2016, p.52).

As Linhas Mestras constituem um documento de carácter importante para o governo angolano na estruturação de instrumento para resolução simultaneamente na análise e projecção de melhoria do subsistema (ANDRÉ; 2016, p.52).

“... estruturar um quadro teórico como instrumento importante que serve simultaneamente para análise e para a projecção da melhoria do Subsistema, no seu todo, e das diversas instituições do Ensino Superior, em particular” (LMGSES, 2005, p.2) fundamentado na identificação de “...alguns pontos de estrangulamento, tidos como principais, nomeadamente nos domínios da concepção que se tem de instituição do Ensino Superior, da gestão, do financiamento, dos currículos (ver ponto VI), do corpo docente e do corpo discente” (LMGSES, 2005, p.3) (ANDRÉ; 2016, p.52).

Após a década de 90 a expansão do Ensino Superior Privado foi dando paços largos na sociedade angolana, em 2011 numa altura que o subsistema presenciava um panorama novo já existia 10 Universidades Privadas e 12 Institutos Superiores Privados (CARVALHO; p.140, 2012).

Quadro 2 - Instituições Privadas de Ensino Superior (2011)

Instituição	Ano de Criação	Localização
Universidade Católica de Angola (UCAN)	1992	Luanda
Universidade Jean Piaget de Angola (UJPA)	2001	Luanda
Universidade Lusíada de Angola (ULA)	2002	Luanda
Universidade Independente de Angola (UNIA)	2005	Luanda
Universidade Privada de Angola (UPRA)	2007	Luanda
Universidade de Belas (UNIBELAS)	2007	Luanda
Universidade Gregório Semedo (UGS)	2007	Luanda
Universidade Metodista de Angola (UMA)	2007	Luanda
Universidade Óscar Ribas (UOR)	2007	Luanda
Universidade Técnica de Angola (UTANGA)	2007	Luanda
Instituto Superior de Ciências Sociais e Relações Internacionais	2007	Luanda
Instituto Superior Técnica de Angola	2007	Luanda
Instituto Superior Politécnico de Benguela	2011	Benguela
Instituto Superior Politécnico Cazenga	2011	Luanda
Instituto Superior Politécnico Gregório Semedo	2011	Lubango
Instituto Superior Politécnico de Humanidades e Tecnologias Ekuikui II	2011	Huambo
Instituto Superior Politécnico Independente	2011	Lubango
Instituto Superior Politécnico Kanganjo	2011	Luanda
Instituto Superior Politécnico Metropolitano	2011	Luanda
Instituto Superior Politécnico Pangeia	2011	Lubango
Instituto Superior Politécnico de Tecnologias	2011	Luanda
Instituto Superior Politécnico Tundavala	2011	Lubango

Fonte: elaborado pela Izar (p.140,2016)

Com está tabela é visivelmente como a capital do país Luanda é privilegiada pelas Instituições de Ensino Superior Privada, e não fugindo as características do Público, visto que ela é uma das zonas urbanas do país com um crescimento significativo. Portanto, em 2011 foi criando outras instituições do gênero em nas províncias de Benguela, Huambo e Huíla. Este

paradigma estrutural das instituições demonstra bem claro a cultura que foi herdado pelo colonialismo na oferta pelo subsistema em zonas urbanas (IZAR; p.140/1,2016).

O Ensino Superior Privado a sua expansão é caracterizado pela ideologia política do país, com a necessidade de delimitar as estratégias globais na formação de recursos humanos eficientes, competitivos e criativos. O estado como órgão competente das políticas públicas, e responsável pelo financiamento do setor da educação, definiu políticas públicas de incentivo a criação das Instituições de Ensino Superior Privadas. Com objetivo de responder a procura crescente pelo subsistema, porque está época era marcado pela transformação que o país vivia no setor econômico, político, social e cultural (KADINGI; 2016, p.76).

Estado Angolano valoriza o papel exercido pelas instituições privadas, por apresentar um crescimento estrutural e de maior importância para este setor sobretudo na sua quantidade de pedidos de criação (KADINGI; 2016, p.77).

O Estado como principal elemento regulador dos sistemas educativo não pode ser substituído de forma geral e instituições de ensino superior, porque é da sua responsabilidade de proporcionar políticas favoráveis, seja por instituições de ensino superior público e privado. Para satisfação das necessidades de investigação e inovação científica no ensino superior (KADINGI; 2016, p.78).

Segundo CARVALHO, (2012) com grande presença das instituições privadas neste território houve um número significativo de estudantes a frequentar estas instituições nos anos de 2009 – 2011, com maior concentração na Universidade Jean Piaget de Angola uma das mais antiga no país, detentora de uma percentagem elevada nos estudantes a frequentar esta instituição de 11,7%. Deste modo surgiram as instituições: Universidade Técnica de Angola 9,7%, Universidade Independente de Angola 9,0%, Instituto Superior de Angola 8,1% e as Universidades Lusitana de Angola e Universidade Grégorio Semedo 7,9% ambos.

O Ensino Superior Privado na sociedade angolana apresenta um aumento elevado na ordem de 12%. Com esta representação demonstra uma forte presença das Universidades Privadas na sociedade. Portanto ainda existe uma preferência pelo ensino superior público, pelo fato de ser um ensino gratuito (KADINGI, 2016, p.82).

Segundo KADINGI, (2016) o Ensino Superior Privado em Angola possui uma maior liderança na ordem dos alunos matriculados a procura de uma conclusão dos seus estudos. Porém o mesmo por ter o seu início na sociedade angolana de forma tarde.

O Ensino Superior privado lidera, com uma diferença marcante, na ordem de 28.056 alunos matriculados apesar do seu início tardio. A maior diferenciação regista-se nos anos de 2011 e 2012, com 157.408, e 160.340, alunos matriculados no sector privado,

contra 32.834 e 32.893, matriculados no setor público, para os mesmos anos, respetivamente (KANDINGI; 2016, p.83).

Com o fluxo da procura ao ensino superior privado e superação a oferta num período de 12 anos demonstrou um aumento destas instituições na sociedade, com uma taxa de 900%. Com este contexto que se vivia a Universidade Pública que era única instituição de Ensino Superior Público, a sua liderança caiu, pelo fato da expansão desse subsistema privado houver um crescimento elevado e com um investimento muito frequente no mercado nacional (KANDINGI; 2016, p.86/7).

O aumento constante destas instituições na sociedade angolana reflete com maior registo nos anos de 2000, 2004 e 2007, com um número de alunos de 72.365(KANDINGI; 2016, p.90).

6 AS POLÍTICAS DE ACESSO AO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO E PRIVADO

Após uma grande fase de conflito interno houve muitas dificuldades e o estado angolano optou o regime político socialista. E por intermédio deste regime estabeleceu acordos de cooperação em diversas áreas com vários países que fazem parte do mesmo modelo de regime Político – Ideológico, e um dos países que os acordos foram intenso na cooperação em várias áreas é Cuba especialmente no sistema de Educação, onde foi estabelecido um intercâmbio, que possibilitou os alunos angolanos se deslocarem neste território afim de adquirir conhecimentos e os mesmo eram beneficiados pelas bolsas de estudos ofertado pelo estado angolano (IZAR; P.134, 2016).

Segundo IZAR, (2016) em 1976 foi criado o Instituto Nacional de Bolsas de Estado (INABE), como estratégia na formação de quadros para o desenvolvimento do país. Os estudantes que eram beneficiados a está bolsa não tinham autonomia em nenhuma decisão seja em termos de curso ou instituição dos países submetidos, é total responsabilidade do estado angolno.

Os acordos de cooperação não era celebra apenas com países de ideologia socialista desde o período 1976 – 2001. E ao longo deste tempo Angola já possuía um número de 21.000 estudantes enviados para o exterior num total de 24 países.

As políticas de ensino superior público baseiam-se fundamentalmente na carta magna do país que é a Constituição da República estabelecido no seu artigo 79º nas linhas 1,2 e 3.

1. O Estado promove o acesso de todos à alfabetização, ao ensino, à cultura e ao desporto, estimulando a participação dos diversos agentes particulares na sua efetivação, nos termos da lei. 2. O Estado promove a ciência e a investigação científica e tecnológica. 3. A iniciativa particular e cooperativa nos domínios do ensino, da cultura e do desporto exerce-se nas condições previstas na lei.

O Conselho de Ministro fez uma análise nas políticas do subsistema de educação com objetivo de melhorar a qualidade dos serviços prestados pelas instituições do ensino superior, com este objetivo foi aprovado o Decreto nº 90/09 15 de Dezembro. No seu primeiro capítulo (Âmbito, Princípios e Objetivos) e a sua primeira secção abordam vários elementos importantes estabelecidos nas Normas Gerais Reguladoras do subsistema do ensino superior. Assim como o 3º Artigo a definição do subsistema do Ensino Superior em Angola que:

O subsistema de ensino é o conjunto de órgãos, instituições, disposições e recursos que visam a formação de quadros de alto nível para os diferentes ramos de atividade econômica e social do País, assegurando-lhes uma sólida preparação científica, técnica, cultural e humana, bem como a promoção da investigação científica e a prestação de serviços à comunidade.

O subsistema do ensino superior foi enumerado na Lei de Bases do Sistema de Educação vários princípios específicos que hoje consistem nas Normas Gerais Reguladoras do Ensino Superior no 5º artigo como: O papel de reitor do estado, Autonomia das instituições de ensino superior, Liberdade académica, Gestão democrática e qualidade de serviços.

As instituições superiores elas têm a sua própria autonomia nas suas políticas interna 7º artigo da Normas Gerais do Ensino Superior, é exercida nos domínios científico, pedagógico, cultural, disciplinar. Administrativo e financeiro, nos termos do disposto no decreto e demais legislação aplicável.

O regulamento de acesso à Universidade Pública de Angola engloba todos os subsistemas da Universidade Agostinho Neto (UAN) estabelece uma série de requisitos para os candidatos inscritos para admissão que devem seguir as normas estabelecidas no seu: **Artigo 1º** O presente regulamento disciplina o concurso de acesso e ingresso a todos cursos do ensino superior público oferecidos pela Universidade Agostinho Neto. **Artigo 2º** Os exames de acesso objeto do presente regulamento abrangem exclusivamente às provas únicas a que os candidatos serão submetidos para obtenção de uma vaga à primeira inscrição e matrícula para os cursos de bacharelado ou de licenciatura em qualquer uma das Unidades Orgânicas da Universidade Agostinho Neto no ano Letivo 2017, obedecendo ao calendário académico exarado por Decreto Executivo do Ministério do Ensino Superior e ao respectivo Despacho da Reitora da Universidade Agostinho Neto. **Artigo 3º** Os exames de Acesso decorrem uma única vez no

período após aos Exames de Recurso do ano Acadêmico 2016 e antes do início do ano letivo 2017.

Artigo 5º Condições gerais de apresentação aos Exames de Acesso 1. Pode candidatar-se aos exames o estudante que satisfaça cumulativamente as seguintes condições: a) Ser titular de um certificado original com notas discriminadas de curso de ensino médio, pré-universitário ou de habilitação legalmente equivalente concluído; b) Fazer prova da sua documentação de identificação pessoal, nomeadamente do Bilhete de Identidade, para os cidadãos nacionais, do passaporte, para os estrangeiros, em qualquer dos casos acompanhada de uma fotocópia que ficará arquivada depois de conferida a sua autenticidade com o original; c) Reunir condições para realização efectiva da prova presencial. 2 A formalização da candidatura é feita mediante a inscrição dentro dos prazos estabelecidos. **Artigo 6º** Inscrições aos Exames de Acesso 1. As inscrições têm carácter presencial, embora seja possível uma pré-inscrição online, requerendo a confirmação presencial dos documentos (originais pelo candidato), antes da data limite das inscrições estabelecido pelo calendário. 2 São documentos necessários para realização das inscrições os seguintes: a) Original do Certificado de habilitações (curso médio ou pré-universitário) com notas discriminadas de todas as disciplinas e anos, acompanhada de uma fotocópia que ficará arquivada, depois de confrontada com o original. b) Original do B.I. ou Passaporte (para estrangeiros e estudantes Angolanos que vivam no estrangeiro), acompanhado de uma fotocópia que ficará arquivada depois de confrontada com o original. c) Declaração do serviço para os candidatos trabalhadores. Documento militar ou da polícia, caso seja militar ou polícia. d) Declaração e Passe comprovativo do Ministério ou da Delegação provincial dos Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria, para os candidatos e familiares directos (filhos) destes que optem nesta condição. e) Apresentação de um atestado da situação militar regularizada para os candidatos em idade militar. 4 f) Duas fotografias coloridas tipo passe recentes. g) Comprovativo de Pagamento de 4.000.00 Kzs (Quatro Mil Kwanzas), para uma opção e 6.000.00 kzs (Seis Mil Kwanzas), para duas opções em que se inscreve o candidato, obtido em qualquer balcão do Banco de Fomento Angola (B.F.A.) conta N°94 06 43 9/30/001, ou por transferência bancária, através do IBAN: 060 006 00000 94 06 43 93 01 52 3. Os candidatos podem inscrever-se em duas opções com afinidade e compatíveis para mesma prova de exames. 4. O prazo de inscrições é estabelecido pelo calendário académico. 5 A efetivação da inscrição é confirmada pela emissão do respectivo recibo (Regulamento dos exames de acesso da Universidade Agostinho Neto, 2017, p.3/4).

Segundo o Regulamento dos Exames de acesso da Universidade Agostinho Neto, os requisitos citados são condições gerais para o acesso aos exames para todos os cursos na Universidade Pública que o estudante está submetido, para obter uma vaga no sector em função do resultado final na prova de avaliação escrita.

O regulamento de acesso das universidades privadas elas variam de cada instituição, assim como diz o artigo 7º da Normas Gerais Reguladoras do ensino superior, que elas são autônomas nas suas políticas internas. Como por exemplo o Regulamento Acadêmico da Universidade Católica de Angola.

Artigo 1º (Ingresso na UCAN) 1. A via normal de ingresso na UCAN é através do exame de admissão. 2. Os estudantes que fizeram o Seminário Maior poderão ingressar diretamente na UCAN, matriculando-se em cursos afins à sua formação,

desde que tenham nota ou média a Língua Portuguesa igual ou superior a 12 valores. 3. O ingresso de estudantes provenientes de outras IES processa-se nos seguintes moldes: a. Os estudantes com o primeiro ano concluído matriculam-se no primeiro ano, sem nenhuma equivalência; b. Os estudantes com o segundo ano concluído matriculam-se no primeiro ano, podendo ser-lhe dadas equivalências a disciplinas do primeiro ano; c. Os estudantes com estudos concluídos a partir do segundo ano, só poderão matricular-se no segundo ano e as eventuais equivalências apenas lhes serão dadas para disciplinas destes dois primeiros anos. 4. Os licenciados que pretendam fazer outra licenciatura na UCAN poderão ingressar diretamente, endereçando o pedido à direção da unidade orgânica, do curso que pretendem fazer. Esta direção, através do seu Conselho Científico Pedagógico, analisará as solicitações e tomará a decisão relativa à admissão no curso pretendido e às possíveis equivalências (Regulamento Acadêmico de acesso aos exames da Universidade Católica de Angola, 2015, p. 2).

Por outro lado, com estas autonomias as suas metodologias ao acesso não se distanciam com as políticas públicas, porque todas elas optam na aplicação de exames escritos os candidatos concorrentes.

Ao longo do tempo foi arquitetado uma nova gestão de bolsas de estudo e substituindo o nome da instituição responsável pelas bolsas de estudo interna e externa INAGBE (Instituto Nacional de Gestão de Bolsas de Estudo), é detentora de uma autonomia (Independente), não fingindo do objetivo da sua criação a partir da primeira sigla, a melhorias nas formação e atribuição de bolsas de estudo. Porém o perfil do estudante permitem direcionar o estudante nas escolhas de cursos disponibilizados e definidos como prioridade afim de beneficiar o país ao desenvolvimento (VAN-DÚNEM; p. 43,2017).

Ministério da Educação e Ministério do Ensino Superior, são entidades responsáveis por definir as normas de organização dos processos inerentes as bolsas de estudo para a frequência de estudos de Graduação e Pós-Graduação. Estes ministérios comunicam o número de vagas por curso e país, apresentam os cursos prioritários pré-definidos pelo Governo de Angola e monitoram o processo de seleção e pesquisa dos candidatos. É da responsabilidade do INAGBE efetuar os subsídios aos estudantes bolseiros (VAN-DÚNEM; p.47,2017).

Segundo VAN- DÚNEM, (2017) INAGBE como órgão responsável pelo sistema de gestão de bolsas de estudo seja interna e externa é considerado como políticas e diretrizes do planeamento estratégico do Governo de Angola.

7 FATOR SOCIOECONÔMICO E O ACESSO AO ENSINO SUPERIOR

A burocracia é um sistema de ponto de vista ideológico, político, socioeconômico, ela existe em quatro diferentes formas. Em Angola a burocracia no ensino segundo SILVA, (2004)

descreve que ela está presente fortemente no contexto ideológico e político desde o seu momento de se tornar independente adquirindo o regime socialista ela era analisada como órgão de soberania “trincheira da revolução”.

O modelo burocrático baseia-se na teoria de Weber e, segundo o mesmo, são enfatizados os elementos formais e estruturais das organizações que adquirem características racionais procurando promover a adequação dos meios aos fins. Merton (1970:271), referindo-se ao modelo burocrático de análise, fala de uma estrutura social e racionalmente construída, com normas de actividades claramente definidas e cujas acções visam realizar as metas da mesma (SILVA; 2004, p.56).

Segundo SILVA, (2004) a Universidade vem de um instrumento elitista da colonização ao serviço de uma minoria, que pretende representar os seus interesses, esta imagem da Universidade é recente a sua história e é exemplo da forma que está a organização social que tem considerado a política partidária e do próprio Estado no processo hegemónico, causando a visibilidade da luta de classe e o enfrentamento político no que concerne a transformação social (SILVA; p.152, 2004).

De instrumento elitista da colonização (portanto, ao serviço de uma minoria) a agente de luta revolucionária por uma nova sociedade (pretendendo representar os interesses de uma maioria outrora despojada), a universidade em Angola pode ser o exemplo de como uma organização social pode, em nome de políticas partidárias e de Estado, fazer parte de processos hegemónicos que caracterizam a luta de classes e o confronto político num processo de transformação social (SILVA; 2004, p.152).

O estado tem o dever de fornecer aos cidadãos o direito a educação sem distinção, perante a carta magna da República todos cidadãos estão em pé de igualdade, a Universidade Pública existe no território nacional há mais de três décadas sendo ela a mais antiga com a dimensão de vários cursos tem a necessidade de expandir-se para outras dimensões do território nacional, ser mais eficiente nos seus processos de seleção nos candidatos. Na época o acesso ao ensino superior já demonstrava a sua distinção de superioridade ou hierarquia no meio social, isto afirmava que os primeiros anos de funcionamento da universidade foi difícil o acesso para as populações de classe médias dentro da academia. Porém esta problemática não ficou apenas no período colonial nos dias atuais ainda vivenciamos essas tristes realidades principalmente em termos de posição social.

8 METODOLOGIA

A distinção da Metodologia da pesquisa é o elemento responsável em responder de uma forma geral em um só tempo as questões que lhe é aplicada como?, com que?, onde?, quanto?. A maior parte dos especialistas nos dias de hoje fazem uma separação entre métodos e método nos seus estudos, porque ambos se situam em níveis diferentes, no que concerne a sua inspiração filosófica, ao seu grau abstrato, a finalidade mais ou menos explicativa, a sua ação nas etapas mais ou menos concretas da investigação e ao momento em que se situam. Com este pressuposto dessa diferença, o método está caracterizado por uma abordagem de maior quantidade em nível de abstração elevado dos fenômenos da natureza e da sociedade. Porém o método de abordagem é caracterizado com o que engloba o indutivo, o dedutivo, o hipotético – dedutivo e o dialético (LAKATOS; MARCONI, 2016).

A abordagem de pesquisa utilizada nessa pesquisa é a qualitativa, para tanto, fazer uso da pesquisa bibliográfica e documental, isto devido a própria natureza do objeto de pesquisa em questão.

A pesquisa qualitativa não se preocupa com um número representando na pesquisa, mais sim com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, ela defende uma abordagem de modelo único da pesquisa para todas as ciências. A pesquisa qualitativa atribui grande ênfase ao pesquisador que ele representará num só momento o papel de sujeito e o objeto na sua pesquisa. Está pesquisa preocupa – se com os aspectos da realidade que não podem ser quantificado e explicando a dinâmica das reações sociais (GERHARDT & SILVEIRA, 2009).

Segundo Gerhardt e Silveira, (2009) a pesquisa qualitativa é caracterizado por diversos aspectos no estudo como a objetivação do fenômeno, hierarquização das ações descrever, compreender, explicar, precisão das relações entre o global e o local em determinado fenômeno, observância das diferenças entre o mundo social e o mundo natural.

A pesquisa documental é a fonte de coleta de dados que está limitado em documentos, escritos ou não, elas constituem como as fontes primárias porque elas podem existir no momento em que o fato ou fenômeno ocorre ou depois. Toda pesquisa gera o levantamento de dados de várias fontes, independentemente do método que for utilizado, o material geralmente é útil não só para evitar possíveis duplicação. Porém ela pode sugerir problemas e hipóteses, orientar outras fontes de coletas de dados (LAKATOS; MARCONI, 2016).

Segundo Lakatos e Marconi (2016), a pesquisa documental é constituído por outras fontes documental como: Arquivos Públicos- que podem ser municipais, estaduais e nacionais. Com uma grande parte relacionada á: Documentos oficiais (ordens régias, leis, ofícios, relatórios,

correspondencia, alvarás, etc. Publicações parlamentares (atas, debates, documentos, projetos de lei, impresa, relatórios, etc). O Arquivo Parlamentares é feita entre domicílios e intuições, porque as suas características é marcada pela diferença de material que se mantém. E a fonte estatísticas são coletas de elaboração de dados estatístico.

Os documentos propostos nesta pesquisa relacionado a Política de acesso e Expansão ao Ensino Superior em Angola são: Constituição da República de Angola 2010, Lei 13/01 de 31 Dezembro Lei de Bases do Sistema de Educação de Angola 2001, Normas Gerais Reguladoras do Ensino Superior, Decreto 7/09 do Ensino Superior de Angola, Regulamento dos Exames de acesso da Universidade Agostinho Neto (UAN) 2017, e Regulamento Académico da Universidade Católica de Angola (UCAN) 2015.

A pesquisa Bibliografica abrange de uma forma geral toda bibliografia, independentemente dela já se tornar público o tema estudado, a partir de jornais, revistas, livros, pesquisas, monografiás, teses. Ela possui como finalidade de colocar o pesquisador em contato direto com tudo que foi escrito, dito ou filmado relacionado a determinado assunto. É constituído por vários tipos e fontes bibliográfica como: impresa escrita, meios audiovisuais, material cartográfico e publicações (LAKATOS & MARCONI, 2016).

As fontes bibliograficas proposta neste trabalho relacionado ao ensino superior em Angola baseou – se nas narrações de um conjunto de teses, artigos, etc, de intelectuais das arias de Sociologia e Educação como: Anilda André, Adelina Kandingi, Paulo de Carvalho, Tatiana Gerhart e Denise Silveira, Juuliana Izar, Martinho Katúmua, Ermelinda Liberato, Eugenio Silva e Vanderson Van- Dúnem.

O projeto desenvolveu - se mediante varias referencias em função da narração de um coletivo de autores como: teses de doutorado, artigo, livros e tese de mestrado. Deste modo que se construiu o presente trabalho.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, A.M.C. **Avaliação da qualidade em instituições de ensino superior público angolanas**. 2016. 270f. Trabalho de conclusão de curso (Tese de doutoramento em educação, ramo de supervisão e avaliação) – Universidade de Aveiro, 2016.

Angola, Assembleia Constituinte. **Constituição da República de Angola 3ª versão de 2010**, disponível em: <https://supremotribunalmilitar.ao/CONSTITUICAORA.pdf> acesso em 10 de Dezembro de 2018

_____. Angola, Assembleia Nacional. **Decreto Lei nº 13/ 2001 de Bases do Sistema Educativo Angolano**, disponível em: http://welvitchia.com/SESA_files/Lei%2013_01_Lei%20de%20Bases%20do%20Sistema%20de%20Educacao%20de%20Angola%202001.pdf acesso em 20 de Maio 2019

_____. Diário da República. **Conselho de Ministro Decreto de Lei nº 90/09 15 de Dezembro de 2009**, disponível em: : <<https://www.uan.ao/wp-content/uploads/2016/06/Decreto-90-09.pdf>> acesso em 20 de Março de 2019

_____. Conselho de Ministros. **Decreto nº90/09 de 15 de Dezembro Normas Gerais Reguladoras do Ensino Superior em Angola**, disponível em: <http://isced.ed.ao/assets/120/Normas%20Gerais%20Reguladoras%20do%20Ensino%20Superior.pdf> acesso em 12 de junho de 2019

_____. Universidade Católica de Angola. **Regulamento Acadêmico para o acesso 2015**, disponível em: <https://www.ucan.edu/www14/images/Regulamento%20Acadmico%202015.pdf> acesso em 12 de junho de 2019

_____. Universidade Agostinho Neto. **Regulamento dos exames para o acesso de 2017**, disponível em: <https://www.uan.ao/wp-content/uploads/2016/12/Regulamento-dos-Exames-de-Acesso-2017.pdf> acesso em 13 de janeiro de 2019

CARVALHO, P. **Evolução e Crescimento do Ensino Superior em Angola**. 2012. 18f. (Artigo) 2012.

GERHARDT, Tatiana, SILVEIRA; Denise. **Métodos de Pesquisa**. 1ª Edição. Rio Grande do Sul, 2009.

IZAR, J.G. **O Ensino Superior em Angola e no Brasil**: A cooperação Academia entre a Universidade Lueji Ankonde (ULAN) e Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP). 2016. 228f. Trabalho de conclusão do curso (Tese de doutoramento em Educação, Estado e Sociedade)- Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 16 de Novembro 2016.

KATÚMUA, M.B. **O ensino superior angolano**: Políticas, Modelos de governação e Públicos (Estudo na província de Benguela). 2016. 245f. Trabalho de conclusão de curso (Tese de doutoramento em Sociologia) – Instituto Universitário de Lisboa, 2016.

KANDINGI, A.A.C. **A expansão do ensino superior em Angola**: Um estudo sobre impacto das instituições de ensino superior privado. 2016. 296f. Trabalho de conclusão de curso (Tese de doutoramento em ciências da educação, sociedade e desenvolvimento) - Universidade Nova Lisboa, 2016.

LAKATOS, Eva, MARCONI; Mariana. **Fundamentos de metodologia científica**. 7ª Edição. São Paulo, 2016.

LIBERATO, E. **Avanços Retrocessos da educação em Angola**. 2014, 30f. Trabalho de conclusão de curso (Artigo), 2014.

SILVA; Eugenio. **O Burocrático e o Político na administração universitária**: Continuidades e rupturas na gestão dos recursos humanos docentes na Universidade Agostinho Neto (Angola). 1ª Edição. Braga, 2014.

VAN- DÚNEM, V.R.M. Modelo de Gestão do Processo de Atribuição de Bolsas de Excelência. 2017. 77f. Trabalho de conclusão de curso (Tese de mestrado em Sistema de Informação para Gestão) - Universidade Europeia Laurete International Universities, Outubro 2017.